

TRAJETÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA NUCLEAR NO BRASIL

Giuslane Francisca da Silva¹

Resumo: O presente trabalho visa abordar alguns aspectos do processo de reinvenção da feminilidade, no Brasil oitocentista, através de uma série de discursos construídos por uma gama de saberes científicos, tais como os médicos, higienistas, juristas, entre outros, além da imprensa que cumpriu um importante papel nesse processo; estes se debruçaram sobre a questão e se propuseram a criar meios que viessem ressignificar o papel feminino na sociedade, que agora deveria voltar-se aos cuidados daqueles que representavam o futuro da nação, as crianças. Nessa perspectiva, criou-se um ideário de mulher que encontrava no tripé-esposa- dona de casa- mãe de família o mais sublime ato de sua existência.

Palavras-chave: Discurso científico; Feminilidade; Mãe de família.

Abstract: The present paper intend to approach some aspect of the femininity reinvention process in the Brazil at 19th century through a series of speeches made by a range of scientific knowledge, such as medical, hygienist, jurist, among other, beyond the press which fulfilled a important role in this process; these speeches turned its attention to the issue and proposed to create ways with new meanings for the female role at the society, from that moment the women should turn their attention to care those who will represent the nation's future, the children. From that point of view, arise a viewpoint where the woman should find in the tripod "wife – housewife – mother of the family" the most sublime act of their lives.

Keywords: Scientific speech; Femininity; "Mother of the family".

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar algumas facetas do processo de reinvenção da feminilidade, assim como a redefinição e estruturação da família nuclear, entre o período que compreende o final do século XIX e início do século XX. Dentro desse contexto buscamos analisar como os saberes científicos, assim como a nascente camada burguesa, propuseram-se criar uma série de mecanismos discursivos com o intuito de (re)significar o papel da mulher na "nova" sociedade que se estava desenhando. Enfocaremos os principais aspectos do que se esperava dessa "nova" mulher na sociedade nesse momento.

Para tanto dividimos nosso trabalho em duas partes. Em um primeiro momento, apresentamos algumas das transformações que ocorreram no Brasil entre a segunda metade do século XIX e princípio do século XX, demonstrando como foi construído e ao mesmo tempo difundido os discursos de modernidade e progresso.

Procuramos demonstrar que esses discursos foram internalizados tanto pelos órgãos públicos que procuram “inovar” os principais centros urbanos brasileiros, especificamente o Rio de Janeiro, quanto pela nascente burguesia que procurava desfazer-se dos velhos hábitos e costumes considerados inadequados para o ‘novo’ estilo de vida “a moda” europeia.

Em um segundo momento, voltamo-nos a analisar como a elite letrada percebia essas transformações que estavam decorrendo e, a partir daí, criou uma série de discursos moralizantes para a sociedade, e a partir daí, analisamos os discursos que passaram a redefinir o papel da mulher nessa sociedade que se estava (re)construindo.

Reformas urbanas e a utopia modernista no Brasil

Durante o século XIX, principalmente a partir de 1860, o Brasil passou por uma série de transformações, tais como, a consolidação do capitalismo e o desenvolvimento da vida urbana, o que possibilitava novos espaços de convivência social, bem como a ascensão da burguesia que passou a interferir no espaço privado (a casa), reorganizando as vivências familiares e domésticas.

O Rio de Janeiro, de acordo com Verona (2013), passou por um processo de constantes transformações, iniciadas desde 1808 com a chegada da corte lusitana. Em meados do século XIX, a cidade já possuía ruas calçadas, iluminação a gás, bondes, linhas de vapores, assim como podia usufruir de algumas opções de lazer, como passeios públicos, teatros, bailes, entre outras opções. Follis (2004) informa-nos sobre outros eventos que tiveram um papel importante nesse panorama, como a transição do trabalho escravo para o livre, a imigração, o crescimento relativo do mercado interno, o início da industrialização e o desenvolvimento do sistema de crédito.

Alguns autores, como a historiadora Maria D’ Incao (2004), analisa alguns aspectos da vida familiar burguesa, afirmando que no início do século XIX, a vida urbana no Rio de Janeiro era praticamente inexistente, pois até naquele momento o país era marcado por uma população majoritariamente rural. O estilo de vida que predominava entre a elite era marcado pelo cotidiano da aristocracia portuguesa, da vida nas fazendas e das interações definidas a partir do sistema escravista.

Por sua vez Benchimol (1992) assinala que nesse período, o café espalhou-se pelo Vale do Paraíba, proporcionando as bases para a consolidação do Império, através do tripé baseado na escravidão, na grande propriedade e na monocultura de exploração.

Nesse momento de afirmação do capitalismo, a cidade passou por um rápido processo de urbanização, o que conseqüentemente repercutiu nos hábitos e costumes dos moradores, que cada vez mais tendiam a assimilar como modelo de civilidade os padrões europeus, sobretudo o francês. Quanto a esse aspecto, cabe-nos abrir um parêntese e explanar com mais detalhes o desejo das reformas nos planos urbanísticos do Rio de Janeiro, pois assim como nos alerta Follis (2004), embora fossem significativas, essas transformações não alteraram em muito os padrões tradicionais de urbanização que vinham desde o período colonial.

A primeira reflexão sobre os problemas urbanos, segundo Benchimol (1992) data de 1826 quando Grandjean projetou edifícios monumentais de trechos da cidade velha, conforme o plano urbanístico francês, no entanto o projeto não se concretizou. A partir disso, sucessivas tentativas foram feitas no intuito de reformar a cidade, dando a ela características do mundo moderno, tendo como modelo as reformas urbanísticas empreendidas pelo Barão de Haussmann em Paris, na França.

Através de uma exposição sobre as transformações urbanas do Rio de Janeiro, Follis (2004, p. 29) mostra o panorama da cidade nesse período. A então capital do país era a

principal porta de entrada do país, abrigava o mais importante porto brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro era vista como vitrina das virtudes nacionais. Contudo, os problemas de insalubridade e sua íntima relação com a ocorrência das temíveis epidemias; deficiência funcional de uma malha urbana ainda colonial, composta de ruas estreitas e tortuosas e com declives acentuados, e de um porto antiquado- não mais compatível com o intenso movimento comercial da cidade; insuficientes serviços urbanos como água encanada, rede de esgoto, calcamento e iluminação; e presença de uma paisagem colonial- composta como antiestética e de costumes tradicionais vistos como “bárbaros” e “incultos” pela elite carioca afetava a imagem de uma cidade e, por extensão de um país que sonhavam com a civilização e com o progresso à *laeuropénne*.

Foi nessa perspectiva, assim como afirma Sevcenko (1999), que entre 1902 a 1906, o então prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, deu início ao processo de modernização do espaço urbano, cujo objetivo era transformar

definitivamente a imagem da capital que ainda respirava os ares coloniais e, portanto, envelhecidos. Essa iniciativa recebeu o aval dos habitantes mais renomados, visto que a burguesia em ascensão desejava estabelecer tanto os mecanismos de prosperidade econômica, quanto habitar em lugares que se identificassem com a estética das cidades modernas europeias.

Assim, encontrava-se em andamento a “regeneração da cidade”, que, no seu final, contribuiu com a aquisição do título de “cidade maravilhosa”. Essa foi a forma como ficou conhecido o processo de modernização carioca, que se viabilizou pela destruição das velhas estruturas urbanísticas da sociedade colonial-imperial, para pôr em prática um projeto de cidade moderna inspirado no embelezamento e reforma urbanística de Paris, realizada pelo político e gestor público Georges Eugène Haussmannⁱⁱ.

Assim, segundo Follis (2004, p. 30), ao final das reformas, a nova paisagem do Rio de Janeiro “[...] transformou a cidade numa referência nacional em termos de modernização urbana”, na perspectiva em que “o Rio de Passos veio a ser para o Brasil o que a Paris de Haussmann havia se tornado para o mundo: um modelo de cidade ‘moderna’”.

Esse esforço de modernização do Rio de Janeiro veio acompanhado da tarefa de instruir os moradores da cidade aos hábitos considerados mais civilizados. Com esse intuito, o então prefeito Pereira Passos criou uma série de medidas que se contrapunham a velhos hábitos e práticas populares tradicionais. Proibiu-se “cuspir na rua e nos bondes, manter cães soltos, soltar balões, expor carnes à venda nas ruas, o trânsito de vacas, andar descalço e sem camisa, entre outros” (BRANDÃO, 2014, p. 250). É justamente nesse cenário que a elite letrada, formada em universidades brasileiras ou europeias, passou a desempenhar um importante papel na elaboração e consolidação das instituições pátrias.

Assistia-se, segundo Sevckenko (1999) a transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, a condenações dos hábitos e costumes ligados à memória da sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante, um projeto agressivo e totalmente identificado com o modo de vida parisiense.

Essas transformações, em curso na segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro, alteraram o cotidiano dos moradores da cidade. Estes, usufruindo

diretamente ou não das novas possibilidades alcançadas com o processo de urbanização, passaram a interagir com os modos de vida das camadas mais abastadas e não raramente tenderam a tê-las como referência. Para tanto, tem-se como marco inicial de novos espaços de sociabilidades que se abriram a chegada da corte portuguesa, ainda em 1808, quando, a partir daí as festividades compunham o cenário das noites cariocas.

A elite dirigente nesse momento buscava consolidar o Estado nos princípios de civilização e modernização à moda europeia, sobretudo francesa. Assim, como nos mostra Verona (2013, p. 19), ser civilizado nesse momento significava ser “urbano, cortês, polido, delicado, bem educado, características que poderiam aproximar o *modus viventis* do brasileiro do *modus viventis* do europeu”. No entanto, assim como nos adverte a autora, não eram apenas os dirigentes que estavam preocupados com essas questões, mas também vários agentes sociais, como literatos, juristas, médicos, educadores, que percebiam a necessidade de intervenção na sociedade com o objetivo de atingir o progresso.

Nesse momento, esse grupo social lançou mão de uma série de mecanismos, entre eles os periódicos, com o intuito de difundir os princípios de civilidade entre os moradores da cidade. Pautados em princípios cientificistas, defendiam ser necessária a comunicação para “difundir as luzes” e para se reconhecer enquanto partícipe de um mundo civilizado.

Assim, segundo nos aponta Verona (2013) o Rio de Janeiro modifica-se, a cidade moderniza-se, novos espaços de sociabilidade são criados, além dos já mencionados teatros, os passeios públicos, a iluminação a gás que possibilitava passeios noturnos em áreas centrais da cidade, a qual passou a sediar um grande número de cafés, confeitarias, restaurantes, além das tão famosas lojas da Rua do Ouvidor. Em meio a essa nova conjuntura, o papel da mulher, sobretudo da mulher da elite, foi ressignificado.

O nascimento de uma ‘nova’ mulher

Para Oliveira (2008, s/p), a mulher do Brasil oitocentista foi formada e

constituída pelo estabelecimento da ordem patriarcal que, em grande medida foi legitimada pela religião cristã ocidental, que transmitiu o silenciamento do feminino em todas as esferas sociais [...] era subordinada

e dependente do pai ou do marido, sendo feita propriedade do homem e calada por ele.

Nesta perspectiva, desde criança, a mulher era ensinada a ser esposa e mãe. Assim como nos mostra a mesma autora

sua educação limitava-se a aprender a cozinhar, bordar, costurar, tarefas estritamente domésticas, que restringia a mulher apenas ao espaço privado como sendo o único lugar, e sem contestar pois seu espaço estava determinado. Carregava o estigma da fragilidade, da pouca inteligência, afirmações do patriarcado que construiu estereótipos ao longo do processo histórico, onde foram sendo reproduzidos como natural, definindo assim o papel social da mulher, como propriedade e produto do homem, devendo obediência ao “seu senhor” (OLIVEIRA, 2008, s/p.).

No entanto, para Verona, se até a primeira metade do século XIX, a mulher permanecia introvertida, cabendo a ela apenas os serviços domésticos e a criação dos filhos, já na segunda metade do século, a mulher ia aos poucos assimilando as mudanças que decorriam do processo de modernização. As mulheres passaram a frequentar alguns espaços recreativos, tais como, teatros, passeios públicos, os bailes entre outros, assim como os padrões comportamentais tornaram-se mais flexíveis.

Se agora a mulher usufruía de uma maior liberdade, esta não estava apenas sob o olhar do pai, do marido, ou do irmão, mas sua conduta passou a ser submetida aos atentos olhares da sociedade. Essas mulheres tiveram que aprender a comportar-se em espaços públicos e a conviver de maneira educada.

Houve, de certa forma uma valorização do papel feminino, o que não significa, segundo Verona (2013), em uma igualdade de direitos. No discurso médico, especialmente, as mulheres passaram a ser valorizadas ao lado do homem, tendo um importante papel na transformação da sociedade, eram tão essenciais quanto os homens, no que se refere ao futuro da sociedade.

A reciprocidade dos direitos e deveres conjugais, assim como nos adverte Verona (2013, p. 57), “é debatida como condição essencial para a harmonia e a felicidade do casamento”. No fundo de todo esse discurso de valorização do papel da mulher, o que estava em jogo era a preservação e/ou construção da família nuclear, visto que tanto o papel da figura do pai quanto da mãe convergia para a necessidade da boa educação dos filhos, assim “pai e mãe deveriam ser solidários, sobretudo na educação dos filhos” (VERONA, 2013, p. 57).

Em um papel que fora antes desempenhado quase que única e exclusivamente pela Igreja mediante os sermões e o confessorário, nesse momento, passa a ocorrer a difusão de um discurso moralizador que tendeu a agregar novos mecanismos de propagação, que se configuraram por uma notável eficácia, como

[...] os periódicos, as novelas, os romances, os manuais de civilidade [...]. Por entre esses ditos e escritos forjavam-se modelos que interessavam à manutenção da tão cara, ordem social. E, nesse processo, o desenho de mulher ia se delineando, sobretudo, por mãos masculinas” (VERONA, 2013, p. 34-35).

É nesse momento que a mulher aparece nos discursos médicos, romancistas, jornalistas, entre outros saberes, todos compromissados em demonstrar a importância da mulher para a construção de uma família nuclear, em oposição à patriarcal predominante durante o período colonial.

Nesse sentido, Roosemberg Alves (2003), ao analisar a formação familiar no Brasil, a partir do período colonial, alega que o termo “família” passou a designar a organização familiar latifundiária. Em outras palavras podemos perceber o predomínio de relações patriarcalistas, em que o poder sobre o grupo familiar concentrava-se no grande senhor de engenho.

Contudo, na segunda metade do século XIX, procurava-se desfazer desse modelo familiar patriarcal, indo à defesa da família nuclear, formada pelo pai, mãe e filhos, esse tipo de organização familiar apresenta algumas diferenças em relação ao modelo patriarcal, na medida em que seus membros, ao contraírem matrimônio, separavam-se de suas famílias para um domicílio próprio.

Para Roosemberg Alves (2003), na família nuclear eram raras as vezes em que se tinha o agrupamento de netos, filhos, genros, etc., em torno de um casal, o que significa dizer que o chefe da família não exercia um total controle sobre o grupo familiar. A administração do lar concentrava-se na figura feminina, sendo que a dedicação masculina recaía sobre os negócios, fazendo com que os homens permanecessem ausentes e, assim, o que de certo modo diminuía seu poder-presente sobre a família.

É, pois, por influência da burguesia em ascensão e em nome da moral cristã, que se constrói uma série de discursos que impelem a mulher para dentro da casa para ser a “rainha do lar” e, a partir desse período, configura-se, com base no

modelo europeu, a *redefinição da família*, pela qual se instituiu um novo protótipo de mulher, preconizando outros comportamentos e normas de etiquetas socioculturais.

No entanto, esses comportamentos das moças das camadas abastadas deveriam, posteriormente, estender-se às camadas populares, instituindo valores morais como, por exemplo, “a honestidade, vida regrada e dessexuada”, pois, assim como nos assinala Foucault (1988), a partir da ascensão das sociedades burguesas, a sexualidade dos indivíduos passa a ser controlada, de modo que o sexo deve ter por objetivo a procriação. Tem-se a valorização do “gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para estabilidade da ordem social”, como afirma Rago (1985, p. 26-27).

O papel da mulher na família na família burguesa

Assim como assinalado, a partir da segunda metade do século XIX, surge uma série de saberes científicos que se propõem em redefinir o papel da mulher na sociedade, principalmente apontando os benefícios de sua dedicação ao ambiente doméstico, aos cuidados dos membros da família. Para tanto, foram elaborados mecanismos que procuravam incutir não apenas na mentalidade feminina, mas na sociedade como um todo (e principalmente esta teve um papel importante nesse processo) mecanismos que permitissem apontar e ao mesmo tempo justificar o “novo” papel a ser desenvolvido pela mulher nesse contexto.

A partir desse momento, tem-se a crítica à presença escrava no interior dos lares, crítica também ao papel das amas de leite, que será alvo de repúdio em vários textos médicos do período. Pois, segundo Verona (2013), nesse período a amamentação era percebida como o primeiro e ao mesmo tempo o mais sagrado dever de uma mãe, e a mulher que recusasse a concretização desse tão sublime sentimento do amor materno poderia ser considerada como um membro inútil à sociedade.

O modelo de família patriarcal, que abarcava um grande número de agregados, aos poucos ia dando lugar, pelo menos nos grandes centros urbanos, a uma maior privacidade entre os membros. Fato que pode ser percebido na reorganização arquitetônica das casas, com a separação entre o espaço privado e o público.

A sala, por exemplo, tornou-se o espaço mais propício para o recebimento de visitas.

Enquanto que as alcovas passaram a ser sinônimo de segredo e da individualidade, possibilitando uma maior privacidade entre os cônjuges, espaço no qual explodiam sentimentos, tais como, “lágrimas de dor ou ciúmes, saudades, declarações amorosas, cartinhas afetuosas”, (D’INCAO, 2004, p. 228) além de ser o espaço privilegiado para o deleite sexual do casal, haja vista que a prática sexual, sob toda a sua vergonhaⁱⁱⁱ, deveria ser restrita aos cônjuges. O lugar para o sexo restringir-se-ia ao quarto. A sala, espaço da família, seria destinada a assuntos mais amenos, menos vergonhosos.

Promove-se, assim, um novo modelo de feminilidade pautado no ideário de esposa, dona de casa, mãe de família, rainha do lar, cabendo a essa “nova” mulher atentar detalhadamente para o cuidado com a vida de cada membro de sua família, cumprindo o papel de extrema importância na formação da família nuclear, fundamentada na pedagogia burguesa e cristã.

Esse modelo circunscreve-se ao universo da família pautado pelo ideário de “lar feliz”, no qual a mulher é concebida como a rainha sempre vigilante, cujo reino restringia-se ao ambiente familiar. Ela passa a ter como dever cristão, social e moral promover a felicidade da família, dedicando-se diariamente a isto para manter a harmonia familiar. Mesmo que o lar constituía-se a partir desse momento como um espaço privilegiado às mulheres, Perrot (1991) adverte-nos que a figura masculina possuía poderes sobre o espaço doméstico, de forma que caberá ao homem tanto a manutenção da casa, cabendo as decisões fundamentais ao esposo/pai.

À rainha do lar cabia repudiar tudo que ia contrário ao recato, à descrição e à virtude. Analisando a definição do papel feminino em periódicos do período, Verona (2013, p. 34) afirma que “a função da mulher para a formação dos indivíduos é a todo tempo mencionada”, à mulher branca de elite são associadas características como “delicadeza, sensibilidade, e pureza,” enquanto que a maternidade aparece tal qual nesses discursos como o ato mais belo de sua vida. Sendo que

entre os povos cultos a mulher tem toda preponderância e está representada na família, na sociedade, na literatura, nas artes [...]. É divina a missão da mulher: nos planta a fé na alma e a virtude no coração. É o primeiro livro santo que o menino estuda, nos conselhos de sua mãe, bebe a moral de Deus, os princípios da religião (BASTOS, 2002, p. 196).

Ser mãe, de acordo com esses discursos, é praticamente uma missão de toda mulher, o amor materno é sempre apontado como um “instinto” nato que preencherá todo o vazio da mulher. Enquanto para o homem, o amor paterno vinha em decorrência das circunstâncias (DROZ apud PERROT, 1991). Para Verona (2013), os periódicos desse momento, que se destinavam à formação feminina durante o Oitocentos, pautaram-se em perceber a mulher, sobretudo a da elite, em “sensível, e frágil”, sendo que essas características estavam profundamente ligadas à maternidade e seu papel na criação dos filhos, sobretudo como “ordeiros” e “obedientes”, assim como exigia o progresso.

Nesse período, a família constituir-se-á em “átomo da sociedade civil, é também a responsável pelo gerenciamento dos ‘interesses privados’, cujo bom andamento é fundamental para o vigor do Estado e o progresso da humanidade. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização” (PERROT, 1991, p. 106). Atuará, sobretudo, como garantia da espécie, o fundamento do Estado, ideia defendida pelos republicanos.

O casamento era apresentado como uma necessidade imediata para toda mulher assim que alcançasse a idade adulta, em contrapartida o celibato era visto com maus olhos perante o saber médico, alegando ser prejudicial ao organismo feminino, além de levá-la aos excessos, entregando-se aos maus costumes.

O casamento, assim como apresentado na citação acima, mostrava-se como uma solução para evitar possíveis males que viriam ser causados com o decorrer do tempo, caso a mulher permanecesse por muito tempo solteira. Nesta perspectiva, a mulher aparece como sexo frágil, mais veemente a decair na devassidão sexual. Assim, o saber médico encarregou-se de apontar de acordo com a anatomia feminina as causas que faziam da mulher um “sexo frágil”, assim como buscava expor “as causas inatas” do destino de toda mulher, como nos aponta Verona (2013, p. 50).

Nelas (mulheres), formas, tamanhos, espessuras e jeitos, combinam-se numa “admirável disposição” que responde, as funções para quais foram destinadas. Da maneira de andar, a mulher “com seu pequeno e delicado pé” caminha mais sutil e elegantemente, a forma de pensar, “a fraqueza e a sensibilidade, são as qualidades dominantes e distintivas da mulher”, tudo é condicionado por essa disposição

“natural”, que predomina um modo específico de ser mulher. A cabeça menor, as cadeiras largas, os nervos delgados e delicados, o timbre de voz agudo, a pele macia e delicada, os órgãos de sentido excitáveis.

É nesse sentido que o saber médico buscará os motivos que fariam com que as mulheres estivessem fadadas ao fracasso nas ciências e na política, em contraposição as áreas do crânio equivalentes a afetividades eram, pois, mais desenvolvidas, assim como nos mostra o Dr. João Chagas e Andrade (apud ROHDEN, 2001, p. 50).

Sendo o frontal tão pequeno na mulher, se observa geralmente em grau muito fraco os órgãos da comparatividade e da causalidade, dos quais o primeiro dá a faculdade de discernir com habilidade os traços e semelhanças os objetos para formar um juízo exato a seu respeito [...] em compensação [...] a parte posterior do crânio é mais larga e mais saliente, e é nessa parte em que residem os **órgãos correspondentes às qualidades afetivas** [...] que constituem a existência moral da mulher. **Vê-se pois o mau êxito que elas obtêm sempre que se dedicam às ciências e à política**, é antes um efeito de organização que de educação, [...] (grifo nosso).

Em contrapartida, o homem, de acordo com o médico nasceu destinado à realização de grandes trabalhos, com uma energia intelectual que a faria triunfar nas artes e nas ciências, sendo que os fins que se destinavam a eles diferenciavam-se dos da mulher, que ocuparia, predestinadamente, aos cuidados domésticos.

Foi nessa perspectiva, que médicos, através da alegação de incapacidade de exercício intelectual, procuraram empurrar as mulheres para dentro de casa, para seguir o caminho “natural” de toda mulher, pois de acordo com a ciência daquele período, a mulher não foi feita para frequentar a escola, ou exercer qualquer profissão que viesse interferir em sua função de ‘rainha do lar’, ainda assim, “sua vida inteira não seria muita para os numerosos cuidados que esta reclama” (BARROS apud VERONA, 2013, p. 51).

Essa necessidade de restringir a atividade sexual apenas ao leito conjugal pode ser explicada através da análise feita por Norbert Elias quanto ao processo civilizador dos costumes. O autor afirma que no processo civilizador “a sexualidade, também, é cada vez mais transferida para trás da cena da vida social e isolada em um enclave particular, a família nuclear” (ELIAS, 2011, p. 173). Este processo, segundo Elias, fez com que o casamento monogâmico fosse constituído na

instituição reguladora das relações sexuais, conforme esboçaremos com mais detalhes posteriormente.

Para Silvio Correa (1994), nesse período, a representação matrimonial era concebida não como uma escolha, mas como um estado natural da vida das pessoas, ou seja, pensava-se no casamento tanto quanto na morte, como estágios da natureza humana.

O mesmo autor aponta, que ainda no início do século XX, o casamento era também o espaço sociocultural reconhecidamente legítimo e autorizado para as intimidades do corpo e do exercício da sexualidade, uma vez que à figura feminina era atribuído o cumprimento moral e social de preservar a inocência sexual, mantendo-se casta até o matrimônio. Haja vista que, nesse momento, para os casamentos nas camadas altas a virgindade era um requisito essencial, e

independentemente de ter sido ou não praticada como um valor ético propriamente dito, a virgindade funcionava como um dispositivo para manter o status da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual de assentaria o sistema de herança de propriedade que garantia linhagem da parentela (CORREA, 1994, p. 235) .

No entanto, os médicos, apesar de reconhecer os benefícios trazidos mediante o desfrute do sexo no seio conjugal, advertiam quanto aos “excessos”, e, por conta disso, prescreviam um grau de moderação, quanto ao desfrute dos prazeres entre o casal, pois a atividade sexual intensa acarretaria certos perigos, como por exemplo, causar danos ao aparelho reprodutor, além de suscitar a degradação moral. O sexo deveria estar sempre associado a sua função procriadora.

À mulher, desde o namoro, cabia refrear os avanços do rapaz, deixando bem claro que não permitia intimidades consideradas reprováveis para aquele momento, o que significava para a mentalidade da época que a mesma poderia ser uma esposa fiel, cumpridora de seus deveres, enquanto mãe e dona de casa.

Analisando a sexualidade ao longo da história do Brasil, Mary Del Priori (2011, p. 90) expõe o interesse do saber médico quanto à sexualidade feminina ao afirmar que para os médicos oitocentistas

a mulher tinha que ser frágil, sedutora, boa mãe, sedutora, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o

instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria inevitavelmente anormal.

Para Correa, o ato de casar-se estava mais equivalente a um contrato social que pouco ressaltava os laços afetivos e agrupava responsabilidades que transpassavam o ambiente dos cônjuges, na medida em que abarcava não só um quadro econômico-familiar, mas ligava-se também às relações sociais e políticas no espaço público.

Assim sendo, para as elites, o casamento era concebido como prática social e moral, um compromisso muito sério para ser uma escolha apenas do futuro casal. Essa percepção atuava como justificativa para a intervenção dos pais dos respectivos e prováveis cônjuges na escolha e composição da futura família. Um drama que se repetia inúmeras vezes, assim como nos mostra Perrot (1991, p. 135)

a aliança e o desejo nem sempre concordam entre si. O drama das famílias, a tragédia dos casais frequentemente reside nesses conflitos entre as alianças e o desejo. Quanto mais cerradas as estratégias matrimoniais para assegurar a coesão familiar, tanto mais sufocam o desejo. Quanto mais forte o individualismo, tanto mais ele insurge contra as escolhas [...] os casamentos decididos ou arranjados.

Ainda que as estratégias matrimoniais praticadas pelas elites estivessem passando por um processo de mudança desde o século XIX, no início do século XX os interesses familiares continuavam tendo forte intervenção na escolha dos cônjuges. Sobre esse aspecto, Maluf e Mott (1998) alegam que as vantagens econômicas e os interesses políticos fizeram com que se ampliassem os relacionamentos entre os mesmos grupos sociais para além da parentela, uma vez que o patrimônio familiar em jogo e as representações sociais que iam se estabelecendo, construía e consolidavam um lugar social para as várias categorias de populações.

Analisando a formação da família burguesa, D'Incao (2004) expõe as novas funções atribuídas às mulheres que se casavam, sendo algumas delas contribuir para o projeto familiar de mobilidade social mediante sua postura nos salões como anfitriã e na vida cotidiana, em seus afazeres domésticos. Sendo que cada vez mais se reforça ideia de que ser mulher está ligado ao papel de mãe dedicada e atenciosa, idealização que só pode ser efetivada dentro do ambiente doméstico, da família, caracteristicamente burguesa.

Assim, os cuidados e a supervisão da mãe passam a ser cada vez mais valorizados, ganhando força a ideia de que é muito importante que as mães dediquem-se à educação primária de seus filhos, princípio que contrapôs a presença da ama dentro do seio doméstico.

A partir do momento em que as relações afetivas passaram a ser legitimadas pela moral burguesa e cristã, o casamento tornou-se a busca da união conjugal por toda a vida e a razão do mesmo passou a ser cultivar o respeito e a amizade entre o casal. O amor conjugal ficou relegado a um segundo plano e, ainda assim, deveria ser discreto.

Por se referir a um mecanismo de manutenção de riquezas e status social, os jovens eram, na maioria das vezes, levados a se comprometerem com pessoas do mesmo grupo social e/ou econômico, como forma de evitar a perda de bens materiais, envolvendo, além dos interesses econômicos, alianças políticas.

A emergência da família burguesa, reforçando a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e os filhos, faz com que conseqüentemente seja também redefinido o papel da mulher ao mesmo tempo em que a empurrará para o ambiente doméstico. Essa perspectiva esteve atrelada aos saberes científicos e à imprensa, que se propuseram a formular um leque variado de proposições que visavam a educar a mulher para sua nova função, no seio doméstico e conseqüentemente na sociedade, fazendo-a compreender seu sublime papel de guardiã do lar e da família.

Sujeita, passiva, dócil, frágil, criança, escrava, entre outros adjetivos, assim era a concepção de mulher ideal defendida pelos saberes científicos e pela nascente burguesia, que procuraram 'reinventar' um modelo de mulher que se enquadrasse ao modelo de família que se pretendia construir, ao mesmo tempo em que seguia o curso para seu destino natural: casar e ter filhos.

Considerações Finais

Discorreremos sobre o processo de urbanização, analisando como este atuou como uma "utopia" de modernização, inicialmente através das reformas dos espaços urbanos e, posteriormente, exigindo a mudança dos hábitos e costumes dos moradores dos centros urbanos brasileiros, uma vez que seus hábitos e costumes não mais se enquadravam ao modelo de cidade ideal, que se almejava construir.

Apresentamos, como exemplo desse processo, o Rio de Janeiro, talvez uma das cidades mais influenciadas pelo ideário de modernização e higienização dado que as autoridades públicas, desde a segunda metade do século XIX, já almejavam submeter a então capital federal a uma reforma urbana. Um projeto a essa altura só foi possível na primeira década do século XX, quando o então prefeito da cidade, Francisco Pereira Passos, que assistira as reformas urbanas em Paris/França, empreendidas por Éugene Haussmann, submete a cidade a uma reforma urbana, definida por Sevckenko como regeneração da cidade, entre 1902-1906.

Apontamos que um pouco antes, a partir da segunda metade do século XIX, o Brasil passou por uma série de mudanças significativas, tanto no plano social, cultural e econômico, como a ascensão da burguesia, que passou a demandar uma série de transformações no modo de pensar e viver a vida cotidiana.

Se até a primeira metade do século XIX, a mulher vivia reclusa em casa, na segunda metade do mesmo século, ela passa a desfrutar de certos benefícios dessa dita modernidade, como por exemplo, o ato de frequentar os famosos cafés-concerto, as ruas do Ouvidor. Isso, contudo, significou uma mudança no sistema de controle por parte da sociedade sobre a mulher, pois, se antes ela vivia sob observação de um membro familiar masculino, agora ela está exposta aos atentos olhares da sociedade. A mulher teve então que adquirir uma outra postura diante da sociedade.

A partir daí, apresentamos alguns aspectos da formação do ideário de vida burguês que exigia a reconfiguração dos hábitos e costumes, especialmente da categoria burguesa, alinhada com os saberes científicos, como a medicina, os jornalistas, higienistas, entre outros. Juntos, esses setores sociais passaram a criar e fazer circular uma série de discursos que tinham como objetivo estabelecer um novo padrão de feminilidade, no qual a mulher encontrava seu valor, cumprindo seu destino de boa esposa, rainha do lar e mãe de família.

Esses discursos procuram impelir as mulheres para dentro do seio doméstico, no qual ela passaria ser “rainha”, sempre vigilante, atenta para os cuidados dos membros da família. O valor da feminilidade passou a ser o papel que a categoria feminina possuía no intuito de educar aqueles (crianças) que seriam o futuro da nação. Em nenhum momento pensava-se na mulher desprendida da

imagem, daquilo que Rago definiu como trinômio esposa- rainha do lar- mãe de família. A mulher era importante, sim, desde que cumprisse seu mais sublime papel.

Apontamos a redefinição da família, que, no período aqui abordado, passou da numerosa família patriarcal à nuclear, representada pela figura do pai, mãe e filhos. Mostramos como estavam divididos os papéis de cada um nessa conjuntura: ao pai cabia a manutenção financeira do lar, assim como a palavra final nas decisões mais relevantes. Já a mulher deveria atentar para os cuidados da casa, assim como dos membros da família, sendo que seu poderio dentro do seio doméstico era dividido com a figura masculina, visto que muitos assim como Kant, Comte e Proudhon defendiam, segundo Perrot (1991) que o doméstico era importante demais para ser deixado à natureza fraca da mulher.

REFERÊNCIAS

- ALVES. R. R. *Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações*. In. II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG. Goiás. 2009.
- BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BRANDÃO, L. Da cidade moderna às contemporâneas: notas para uma crítica do urbanismo modernista. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan.-jun., 2014. 247-271. p. 250.
- BASTOS, M. H. C. Leituras das famílias brasileiras no século XIX: o “jornal das Famílias” (1863-1878). *Revista Portuguesa de Educação*, v. 15, n 2. Portugal, 2002, p. 169-214. p. 196.
- COLIN, Jones. *Paris: biografia de uma cidade*. Porto Alegre: LP&M, 2009.
- CORREA, S. M. *Sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 1994.
- D’ INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In. *História das Mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org); Carla Bassanezi (coord). 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2004.
- DEL PRIORI. M. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2011.

- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2 ed.- Rio de Janeiro: vol. 1. Zahar, 2011.
- FOLLIS, F. *Modernização Urbana na Belle Époque Paulista*. São Paulo: Editora Unes, 2004.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- MALUF, M. M. e MOTT, M. L. Recôndidos do mundo feminino. In. (dir) NOVAIS, F. A. (org) SEVCENKO.N. *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: vol.3. Cia das Letras, 1998.
- OLIVEIRA, L. S. *Educadoras e religiosas no Brasil do século XIX: nos caminhos da civilização*. In. XII Simpósio Internacional Processo Civilizador: Civilização e Contemporaneidade. Recife. 2008. s/p.
- PERROT, M. Figuras e Papéis. In *História da Vida Privada: da Revolução Francesa a Primeira Guerra/ sob dir. de Michelle Perrot (et al); tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4*. São Paulo: vol, 4. Cia da Letras, 1991.
- RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890- 1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 2001.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SILVA, M. C. Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.23, n. 46. 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc>> Acesso em: 12 de jun. de 2013.
- VERONA, E. M. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Ed, Unesp, 2013.

NOTAS

ⁱ Graduada em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Atualmente é mestranda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso.

ⁱⁱ Nomeado prefeito de Paris por Napoleão III, o Barão de Haussmann, Georges Eugène, juntamente com uma equipe de arquitetos e engenheiros, remodelou a cidade francesa através de um planejamento e reforma urbana, caracterizado por um novo formato para ruas, avenidas e amplos

bulevares. A transformação incluiu a construção padronizada de parques, edifícios suntuosos, prédios públicos, redes de esgoto, praças e outros mais, substituindo ambientes insalubres, casario antigo e pequenos comércios, demolidos pela reforma. Entretanto, nesse período também houve a escalada do socialismo e das organizações operárias e o ordenamento geométrico da cidade, sobretudo do centro, funcionou também como estratégia política para o império francês porque lá era o espaço de insurreições, levantes populares e enfrentamentos, o que possibilitou novas regras de uso dos espaços públicos, além de expulsar os antigos moradores e a classe trabalhadora para a periferia da cidade. Por essa propositada reorganização urbana, o Barão de Haussmann ficou conhecido como o “artista da destruição”. Consultar: Colin, Jones. *Paris: biografia de uma cidade*. Porto Alegre: LP&M, 2009.

ⁱⁱⁱFoucault analisa as mudanças ocorridas em torno dos discursos sobre o sexo, afirmando que tal mudança ocorrida no século XIX, está relacionada com a concepção burguesa de formação familiar e ao papel da religião, promovendo a repressão do desejo, está ligada ainda com o processo de industrialização, quando as relações sexuais entre operários foram banidas. Cria-se a partir daí um lugar em cada moradia específico para a vida sexual, o quarto do casal. O sexo é então fadado ao mutismo, ao silêncio, pois o fato de mencioná-lo em si, já era encarada como uma transgressão. A sexualidade dos indivíduos passa a ser controlada, o sexo deve ter por objetivo a procriação. Consultar: FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

Received on June 24, 2015.

Accept on July 29, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.